



FOLHA DE RESULTADOS

Grupo de Trabalho 1 “CIDADANIA”

Relator/a(s) do Grupo de Trabalho	
Primeiro e último nome	Contacto directo
Filipe Matos	
Patrícia Dinis Rosa	

Sugestões de actores sociais com quem cooperar na implementação do PADS
<p>Sugestão:</p> <p>O nosso grupo de trabalho identificou diversos actores-chave para missões específicas, que poderão ser consultados nas notas em anexo.</p> <p>De forma genérica e transversal em todos os objectivos e missões, considerou-se fundamental uma maior inclusão dos cidadãos em geral (indivíduos), das organizações da sociedade civil, dos Conselhos Municipais, dos Conselhos de Freguesia, e dos Grupos Comunitários.</p>

Recomendações de prioridades a ponderar na implementação do PADS
<p>Recomendação 1:</p> <p>Considerar prioritária, em 2015, a identificação (e não a implementação) de experiências inovadoras, em execução, e divulgar as suas práticas de forma que outros cidadãos as possam adequar às suas necessidades e contexto (adaptação da acção 1.a.1.3), tendo em consideração as recomendações presentes no anexo.</p>
<p>Recomendação 2:</p> <p>Considerar prioritária, em 2015, a execução do projecto-piloto de criação da Casa da Cidadania (organizações da sociedade civil) (acção 1.a.2.1), tendo em consideração as recomendações presentes no anexo.</p>
<p>Recomendação 3:</p> <p>Considerar prioritária, em 2015, a reformulação do RAAML (acção 1.a.3.1), tendo em consideração as recomendações presentes no anexo.</p>

Abordagens estratégicas à implementação do PADS
<p>Abordagem 1:</p> <p>Reformular o Objectivo 1b), evitando a redundância actual, e reforçando o papel dos cidadãos (actualmente muito centrada nos funcionários), seguindo as propostas enumeradas no anexo.</p>



<p>Abordagem 2: Realizar benchmarking de outras experiências, nacionais e internacionais (ex: Carnide, CLIP, Observatório das Cidades Inclusivas da Comissão de Democracia Participativa da CGLU – Cidades e Governos Locais Unidos, OIDP – Observatório Internacional da Democracia Participativa, etc)</p>
<p>Abordagem 3: Reformulação da linguagem utilizada no PADS, evitando o uso de acrónimos, reduzindo as redundâncias que dificultam a sua leitura, assegurando a existência de um glossário explicativo (ex: o que é um RAAML, o que é uma UIT?, etc.)</p>
<p>Abordagem 4: Incorporar critérios sociais nas pontuações dos vencedores dos processos participativos (OP e outros), valorizando o percurso de construção colectiva da qualidade dos conteúdos (ex: discussão pública das propostas de OP), e o envolvimento dos cidadãos no planeamento detalhado e na monitorização e avaliação da obra.</p>
<p>Abordagem 5: Maior investimento na capacitação permanente das organizações da sociedade civil, ao nível de competências de gestão, procura de financiamento</p>
<p>Abordagem 6: Garantir o envolvimento activo das organizações da sociedade civil e cidadãos na monitorização e revisão e actualização do Plano (PADS).</p>

Sugestões para o seguimento do Fórum da Cidadania
<p>Sugestão 1: Efectiva co-gestão da CML (técnicos da CML não estão presentes na discussão), garantindo que haja representantes dos vários departamentos da CML nas várias sessões do Fórum</p>
<p>Sugestão 2: O Fórum não devia ser um evento, mas uma congregação de um processo que dura todo o ano e que passa pelos Conselhos Municipais, Conselhos de Freguesia, Grupos Comunitários, etc.</p>
<p>Sugestão 3: Convidar observadores dos municípios adjacentes.</p>



Sugestão 4:

Na abertura de cada Fórum apresentar o ponto de situação relativamente à implementação das acções definidas como prioritárias no Fórum anterior.

Sugestão 5:

O processo de planeamento do Fórum deveria incluir a participação das organizações da sociedade civil na fase de concepção do Fórum, e não apenas na sua execução.

Sugestão 6:

Nos relatórios finais, distinguir de forma transparente entre participantes inscritos e participantes efectivos no dia da sessão.

Sugestão 7:

Promover a realização de Fóruns prévios ao nível de freguesia (podem ser promovidos pelas Juntas de Freguesia, Comissões Sociais de Freguesia ou Grupos Comunitários)

Sugestão 8:

Melhorar e aumentar a divulgação do Fórum ao nível do cidadãos, ultrapassando a divulgação direccionada apenas para as organizações

Outros contributos

- Repensar a abertura dos Conselhos Municipais a novas adesões (genericamente considerados bastante fechados)
- Considerar a realização de referendos locais para grandes temáticas que digam respeito ao município
- Criar um documento que congregue, de forma fácil e acessível à generalidade da população (por exemplo através de uma infografia), a totalidade dos mecanismos de participação pública existentes (ex: Conselhos Municipais, Conselhos de Freguesia, Grupos Comunitários, Assembleias periódicas – municipais, de freguesia – OP, etc.)
- Partilhar e abrir à participação a actualização da base de dados das organizações da sociedade civil, incluindo a promoção activa do trabalho em rede pela CML
- Em relação ao OP:
 - Simplificar a linguagem utilizada e as metodologias utilizadas
 - Divulgar de forma mais alargada, nomeadamente nas organizações da sociedade civil e Grupos Comunitários
- Promover a disseminação de informação sobre todos o tipo de apoio



financeiro disponíveis, através de sessões periódicas (ex: anual), de base territorial (ex: freguesia)

ANEXO à folha de resultados do grupo de trabalho “CIDADANIA”

Objectivo 1a) Proporcionar condições para a participação cidadã

MISSÃO 1 - ESTIMULAR A PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO NOS PROCESSOS DE TOMADA DE DECISÃO

Prioridade definida pelo grupo

1.A.1.3 Implementar uma experiência-piloto na co-gestão de espaços públicos ou bairros, incentivando a participação popular (DEVE SER REFORMULADO, VERIFICAR A REFORMULAÇÃO PROPOSTA ABAIXO)

Como

- Identificar (e não tanto implementar) as experiências inovadoras em execução e divulgar as suas práticas de forma que outros cidadãos as possam adequar às suas necessidades e contexto e inspirar-se nelas (evitar situações como a Horta do Monte, na Freguesia da Graça)
- Criar critérios partilhados entre CML e organizações da sociedade civil para a identificação das experiências
- Capacitar os grupos já existentes e identificados e os técnicos da CML para processos de co-gestão

Quem envolver na identificação de experiências?

- Comissões sociais de Freguesia e Grupos Comunitários, com apelos generalizados pelos territórios para identificação de experiências

Quando

- Durante 2015



MISSÃO 2: POTENCIAR O ASSOCIATIVISMO E A COOPERAÇÃO EM REDE

Prioridade definida pelo grupo

1.a.2.1 Desenvolver o projecto-piloto de criação da Casa da Cidadania (organizações da sociedade civil)

Como fazer?

- A concepção do projecto “Casa da Cidadania” deve ser participada – a “comissão instaladora” deste projecto deve integrar, desde o início, organizações da sociedade civil, que deverão deliberar sobre todas as vertentes do processo
- Optimizar espaços já existentes (possibilidade dos mercados municipais?)
- O espaço poderá ter as seguintes características:
 - Espaço gerido em co-gestão entre CML e a organizações da sociedade civil
 - Abertura à comunidade e aos cidadãos em geral
 - Promover iniciativas abertas ao público em geral
 - Custos de manutenção assegurados pela CML; contrapartida das organizações da sociedade civil deverá ser a realização de trabalho para e com a comunidade
 - Os recursos físicos devem estar ao dispor da comunidade
- As organizações da sociedade civil que se instalarem na Casa da Cidadania devem ter acções de âmbito municipal
- A gestão do espaço deve funcionar de acordo com um modelo de Associação de Associações, que assegure a representatividade das organizações da sociedade civil, ao nível do domínio de intervenção (evitando a concentração exclusiva de organizações que actuem no mesmo domínio), e que assegure a rotatividade de organizações na gestão
- Realizar benchmarking de outras experiências, nacionais e internacionais (Carnide, CLIP, CGLU – Cidades e Governos Locais Unidos, etc)
- Dialogar (e aderir) à Comissão de Inclusão Social e Democracia Participativa da CGLU – Cidades e Governos Locais Unidos
- Articular com a rede DLBC – Desenvolvimento Local de Base Comunitária, e outras redes
- Possibilidade de elaborar esta proposta como um projecto do OP



Com quem?

- Envolver Grupos Comunitários, Comissões Sociais de Freguesia, com articulação de actores locais/cidadãos

Hipóteses para fases de implementação

1. Levantamento de organizações sem espaço, ou com necessidade/vontade de partilha de espaço
2. Levantamento de espaços disponíveis
3. Benchmarking nacional e internacional
4. Etc.

MISSÃO 3 - APOIAR AS ORGANIZAÇÕES

Prioridade definida pelo grupo

1.a.3.1: Reformular o RAAML

Como

- A reformulação do RAAML deverá ser feito com o envolvimento de representantes de sociedade civil e com um período de consulta pública
- Tornar os mecanismos de comunicação mais acessíveis
- Promover uma maior transparência no processo, nomeadamente pela publicidade ao longo de todo processo, como é feito, por exemplo, com o BIP/ZIP, em que existe um site com as candidaturas e os resultados, os formulários, a valorização, etc.
- Necessidade de uma maior comunicação inter-departamental, que muitas vezes condiciona a eficiência dos serviços da CML envolvidos nos projectos (e que atrasam a sua implementação)
- Tendo em consideração a existência de uma linha de financiamento específica para os territórios BIP/ZIP e o carácter similar que terão os financiamentos DLBC, repensar o critério que valoriza o carácter de “intervenção prioritária” dos territórios.
- Aumentar substancialmente a verba disponível para as propostas;



- Realizar anualmente uma avaliação externa do impacto dos projectos, de modo a permitir uma visão macro e de longo prazo, e repensar e actualizar os critérios utilizados
- Facilitar o acesso a informação relativa aos RAAML (ex: Gabinete de apoio ao cidadão)
- Promover a participação das entidades beneficiárias ao longo de todo o processo
- Promover a uniformidade de critérios utilizados pelos técnicos da CML na apreciação das candidaturas

Quando

- Entre Agosto e Dezembro 2015, de forma a incluir as actualizações no RAAML 2016
- Evitar os atrasos verificados na deliberação dos júris e no efectivo pagamento das verbas, e considerar a recalendarização dos prazos actuais
- Financeiros com prazo anual / não financeiro a qualquer momento – Porquê a diferença?

Com quem

- Envolvimento das entidades destinatárias / beneficiários ao longo de todo o processo
- Gabinete de co-gestão para o RAAML (que deverá reunir representantes da sociedade civil), de forma a fomentar a participação e a transparência
- Avaliação por elementos exteriores à CML (evitar a sub-contratação de serviços que representam custos, e optar pelo envolvimento da sociedade civil e outros organismos públicos nas deliberações)
- A reformulação do RAAML deverá ser feito com o envolvimento de representantes de sociedade civil e com um período de consulta pública

Objectivo 1b) Melhorar as condições para o exercício da cidadania

As seguintes considerações referem-se ao conjunto das 4 missões pré-definidas:

Reformular a totalidade do Objectivo 1b), evitando a redundância actual, e reforçando o papel dos cidadãos (actualmente muito centrada nos funcionários da CML), seguindo as propostas abaixo enumeradas:



- 1) Construir indicadores partilhados (co-construídos) para medir a performance dos serviços e políticas públicas. Em espaços orientados para a solução, e não em espaços de “queixa” sobre o mau funcionamento.
- 2) Propiciar a formação mútua e bi-direccional entre sociedade civil e funcionários, a partir da perspectiva da sociedade civil (com facilitadores que explicam como ela funciona) e com formação mútua sobre mudanças de linguagens.
- 3) Incorporar critérios sociais nas pontuações dos vencedores dos processos participativos (OP e outros)
- 4) Coordenar as iniciativas e os programas visados a valorizar a dimensão de cidadania dos próprios funcionários (Participa CML, Banco de Voluntariado, SIMPLIS)
- 5) Criação de minutas (das actas públicas e das convocatórias) que traduzam para linguagens compreensíveis e inclusivas, deixando a possibilidade de diferentes níveis/tipos de documentos para diferentes níveis de cultura/capacidade de compreensão.
- 6) Ponto 1b3.4 Articular com ISU a certificação de competências geradas pelo voluntariado
- 7) Estabelecer critérios para o reconhecimento do empenho no voluntariado (por exemplo: no final do OP, etc.)

SUGESTÕES PARA O PRÓXIMO FÓRUM DA CIDADANIA

- ✓ Efectiva co-gestão da CML (técnicos da CML não estão presentes na discussão), garantindo que haja representantes dos vários departamentos da CML nas várias sessões do Fórum
- ✓ O Fórum não devia ser um evento, mas uma congregação de um processo que dura todo o ano e que passa pelos Conselhos Municipais, Conselhos de Freguesia, Grupos Comunitários, etc.
- ✓ Convidar observadores dos municípios adjacentes.
- ✓ Na abertura de cada Fórum apresentar o ponto de situação relativamente à implementação das acções definidas como prioritárias no Fórum anterior.
- ✓ O processo de planeamento do Fórum deveria incluir a participação das organizações da sociedade civil na fase de concepção do Fórum, e não apenas na sua execução.
- ✓ Nos relatórios finais, distinguir de forma transparente entre participantes inscritos e participantes efectivos no dia da sessão.



- ✓ Promover a realização de Fóruns prévios ao nível de freguesia (podem ser promovidos pelas Juntas de Freguesia, Comissões Sociais de Freguesia ou Grupos Comunitários)
- ✓ Melhorar e aumentar a divulgação do Fórum ao nível do cidadãos, ultrapassando a divulgação direccionada apenas para as organizações

Grupo de Trabalho 2 - Economia e Inovação Social

Relator/a(s) do Grupo de Trabalho	
Primeiro e último nome	Contacto directo
Andreia Oliveira	

Sugestões de actores sociais com quem cooperar na implementação do PADS
Sugestão 1:
Sugestão 2:
Sugestão 3:
Sugestão 4:
Sugestão 5:

Recomendações de prioridades a ponderar na implementação do PADS
Recomendação 1: Prioridade à Incubadora Social como mecanismo de capacitação das organizações de Economia Social e promoção do emprego e empregabilidade.
Recomendação 2: Desenvolver, de forma participativa, o modelo da IS, organizando reuniões com as organizações do sector público, privado e terceiro sector. Datar um encontro de arranque entre as entidades referidas. Fazer constantes actualizações da lista de todas as organizações do terceiro sector.
Recomendação 3: Articular a Incubadora Social com as necessidades, potencialidades e estratégias dos territórios por via da articulação dos actores existentes, nomeadamente, a rede social de Lisboa.
Recomendação 4: Dinamizar a plataforma das Lojas Sociais, motivar para toda rede de parceiros utilizarem.



Recomendação 5:

Articulação entre as Universidades e Centros de Investigação e projectos de investigação com a sociedade, estágios para os estudantes, promoção do voluntariado e cidadania dos estudantes, e a Incubadora Social.

Abordagens estratégicas à implementação do PADS

Abordagem 1:

Criar uma rede entre a Incubadora Social, Universidades e o tecido Empresarial.

Abordagem 2:

A Incubadora estar orientada para a capacitação (avaliação de impacto, etc)

Abordagem 3:

A Incubadora ser direccionada para a intermediação de financiamento.

Abordagem 4: A Incubadora estar dirigida para as relações económicas entre as organizações da economia social e solidária.

Abordagem 5:

Pensar no modelo de Incubação que a Incubadora Social irá adotar, aprendendo com outras experiências

Abordagem 6:

Criar uma plataforma de partilha de boas práticas, diagnóstico de necessidades, articulação das organizações e escala.

Abordagem 7:

Dinamizar e facilitar concursos de empreendedorismo social nos mais diversos domínios e atores (investidores sociais, etc.)

Abordagem 8:

A IS estar orientada para a resolução de problemas sociais e promoção do emprego e empregabilidade.

Sugestões para o seguimento do Fórum da Cidadania

Sugestão 1:

Outros contributos

Este grupo de trabalho disponibiliza-se em participar na preparação do encontro referido na recomendação 2: Junta de Freguesia de Alvalade, ALCC, CulturFACE, APF, Associação ILGA, e restante grupo de trabalho.

Os elementos do grupo ficam a aguardar o contacto da CML para agendamento da reunião de preparação do encontro.



Grupo de Trabalho 3 - “Igualdade de género”

Relator/a(s) do Grupo de Trabalho	
Primeiro e último nome	Contacto directo
Francisco Monteiro	

Questões de ordem genérica
Articulação com os planos nacionais na área da igualdade
Inclusão / cruzamento com os planos municipais na área da igualdade (ex. Plano municipal de prevenção e combate à violência de género) e estes terem alocado orçamentos
Mapeamento de acções e de projectos das organizações da sociedade civil + organizações governamentais + academia
Relação próxima com o Conselho Municipal para a igualdade
Pivot/pessoa responsável – conselheira municipal par a igualdade

Prioridade	1. Desconstrução de estereótipos de género
Abordagem estratégica	1.1. Educação e formação profissional
Agentes	1.1. Todos os níveis de ensino; CMLx, ME, escolas, docentes e organizações da sociedade civil
Recomendações	1.1. Integrar a perspectiva de género na relação entre escolas e empresas – profissões não segregadas.
Prioridade	2. Mainstreaming de género
Abordagem estratégica	2.1. Transversalização e acções positivas
Agentes	2.1. Funcionárias/os da CMLx após formação inicial
Recomendações	2.1. Revisão de todos os documentos oficiais (regulamentos, formulários, etc.) e da comunicação para o exterior; com base em referenciais e metodologias
Abordagem estratégica	2.2. formação de pessoas-chave nos diversos departamentos
Agentes	2.2. Organizações (privilegiadamente feministas) certificadas
Recomendações	2.2. Formação teórico-prática; educação não formal
Abordagem estratégica	2.3. Alterar o regulamento do orçamento participativo
Agentes	2.2. CMLx



Recomendações	2.2. Servir como recurso para a implementação de direitos humanos / definição de prioridades de acordo com agenda pós-2015
Prioridade	3. Violência contra as mulheres / violência de género
Abordagem estratégica	3.1. Todos os tipos de violência (sexual, stalking, assédio,...)
Agentes	3.1. Organizações feministas, hospitais, Ministério Público, forças de segurança
Recomendações	3.1. Observância pela interseccionalidade

Sugestões para o seguimento do Fórum da Cidadania
Considerar alteração do modelo de recolha de recomendações (2h são claramente insuficientes para auscultar organizações representativas de e cidadãos e cidadãs sobre as temáticas em discussão).
Monitorização e follow-up dos resultados do fórum através de grupos de trabalho específicos.

Outros contributos
<p>De âmbito genérico / enquadramento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alteração da denominação: passar de ‘plano de acção dos Direitos Sociais’ para ‘programa de acção dos direitos sociais’. Racionalidade - um plano de acção deve ter alocado um orçamento, ter indicação de metas e de resultados, identificação de indicadores, pessoas responsáveis, etc. • Transversalidade da igualdade de género em todo o plano/programa de acção dos direitos sociais. • Incluir / referenciar e respeitar obrigações internacionais, regionais e nacionais (em particular no domínio da igualdade de género).



Grupo de Trabalho 4 - “Deficiência”

Relatora - Ana Sezudo

Abordagens estratégicas à implementação do PADS
Abordagem 1: Transversalizar as questões da Deficiência nas diferentes políticas municipais
Abordagem 2: Promoção da habitação acessível e autónoma
Abordagem 3: Ampliação do Parque habitacional municipal acessível
Abordagem 4: Clarificar o conceito de ‘residência autónoma’ e os objectivos da experiência piloto prevista no PADS
Abordagem 5:

Recomendações de prioridades a ponderar na implementação do PADS
Recomendação 1: <ul style="list-style-type: none"> • Criação de um Plano Municipal para a Deficiência (caracter estratégico/orientador que transcende o Pelouro dos Direitos Sociais) • Reformulação do Conselho Municipal da Deficiência • Embaixadores da Deficiência • Trabalhar os dados existentes de forma a caracterizar melhor a população com deficiência e incapacidades em Lisboa (facilitando o apoio à decisão)
Recomendação 2: <ul style="list-style-type: none"> • Reactivar de imediato o Programa Casa Aberta reforçando substancialmente o orçamento municipal e articulando com o Instituto de Segurança Social recorrendo ao financiamento previsto no SAPA (Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio).
Recomendação 3: <ul style="list-style-type: none"> • Reduzir o número de pessoas com deficiência e incapacidade motora em habitação inacessível. (promover a adaptação anual de 50 fogos) • proporcionar um determinado nº de fogos de habitação de renda economicamente acessível a pessoas com deficiência, por ano (a definir) (renda apoiada; articulação pelouro da habitação e serviços sociais)
Recomendação 4:
Recomendação 5:



Sugestões de actores sociais com quem cooperar na implementação do PADS
Sugestão 1: Conselho Municipal da Deficiência; ONGs na área da deficiência; Comunidade científica
Sugestão 2: Instituto de Segurança Social
Sugestão 3:
Sugestão 4:
Sugestão 5:

Sugestões para o seguimento do Fórum da Cidadania
Sugestão 1: O Grupo de Trabalho Deficiência não conseguiu concluir a análise e discussão do PADS pelo que agendou de imediato uma reunião para o dia 12/03/2015. As conclusões deste grupo e definição de prioridades de implementação do PADS serão remetidas após esta data.
Abordagem 2: Alargamento do tempo disponível para discussão dos diferentes grupos de trabalho.
Abordagem 3: Maior efectividade das reuniões preparatórias do Fórum.
Abordagem 4:
Abordagem 5:



Grupo de Trabalho 5 - "INFÂNCIA"

Relator/a(s) do Grupo de Trabalho	
Primeiro e último nome	Contacto directo
Maria Pereira	

Sugestões de actores sociais com quem cooperar na implementação do PADS
Sugestão 1: Crianças e Jovens
Sugestão 2: Associações de Pais e associações infanto-juvenis
Sugestão 3: Grupos informais de crianças e jovens (ligados a centros sociais e culturais, ONG, e movimentos religiosos)
Sugestão 4: Comissões sociais de juntas de freguesia
Sugestão 5: Universidades e centros de investigação. Alunos Universitários e Académicos

Recomendações de prioridades a ponderar na implementação do PADS
Recomendação 1: Participação efectiva das crianças na definição e implementação do PADS
Recomendação 2: Campanha de divulgação destinada a diferentes públicos, assente em estratégias e instrumentos diversos.
Recomendação 3: Levantamento e divulgação das medidas e práticas já implementadas, com especial enfoque no nível micro.
Recomendação 4: Necessidade de assegurar o envolvimento prévio dos cidadãos nesta iniciativa.
Recomendação 5:



Abordagens estratégicas à implementação do PADS
Abordagem 1: Envolvimento efectivo dos actores sociais chave, em permanência.
Abordagem 2: O território (micro/freguesia) como ponto de partida e de chegada das iniciativas.
Abordagem 3: Necessidade de uma divulgação objectiva e atempada.
Abordagem 4:
Abordagem 5:

Sugestões para o seguimento do Fórum da Cidadania
Sugestão 1: O terceiro fórum deve começar hoje. Com base num planeamento estruturado, e partilhado publicamente em várias fases.
Abordagem 2: Criar condições para assegurar a plena participação dos actores chaves.
Abordagem 3: Um fórum desta natureza não se esgota em um dia de trabalho. Requer um processo de construção, continuado no tempo, entre todos os intervenientes.
Abordagem 4:
Abordagem 5:

Outros contributos
Do levantamento das expectativas dos participantes emergiram quatro linhas de orientação relativamente ao Fórum de Cidadania: <ul style="list-style-type: none"> - procura de conhecimento e informação sobre os Direitos Sociais; - ferramentas e estratégias; - partilha de experiências; - participação e voluntariado.



Grupo de Trabalho 6 - “Envelhecimento Activo”

Primeiro e último nome	Contacto directo
Maria Dores Ribeiro	
Eugénia Gomes	

Sugestões de actores sociais com quem cooperar na implementação do PADS
Sugestão 1: Ver recomendações de prioridades – a adaptar e escolher em função de acções específicas.
Sugestão 2:
Sugestão 3:
Sugestão 4:
Sugestão 5:

Recomendações de prioridades a ponderar na implementação do PADS
Recomendação 1: Desenvolver e dinamizar um sistema de informação que recolha, registe, trate e divulgue toda a informação sobre iniciativas existentes na cidade, relevantes para o envelhecimento activo – das respostas sociais às actividades cívicas, da cultura à mobilidade, etc.
Recomendação 2: (Acção 11 a 2.3) Aprofundar o conhecimento e diagnóstico sobre o envelhecimento na cidade, com recurso a protocolos com universidades
Recomendação 3: Instituir mecanismos de participação dos cidadãos seniores, tipo fórum ou conselho, permanente e regular.
Recomendação 4: Criar mecanismos e implementar a articulação entre os vários departamentos e pelouros da CML, em torno das questões do envelhecimento
Recomendação 5: Aprofundar actividades intergeracionais tendo, por exemplo, em conta experiências e sugestões dos participantes: Projecto Interage (APRe!-AAL), levantamento local da ACRAS, voluntariado em articulação com escolas, Museus e JF (Ex.: Pedibus, visitas guiadas)



Abordagens estratégicas à implementação do PADS
Abordagem 1: Aderir ao modelo das cidades amigas das pessoas idosas
Abordagem 2: Apostar na informação e articulação, em parcerias multissetoriais (Ver prioridades)
Abordagem 3:
Abordagem 4:
Abordagem 5:

Sugestões para o seguimento do Fórum da Cidadania
Sugestão 1: É de continuar, com mais apoio e mais estruturado.
Abordagem 2:
Abordagem 3:
Abordagem 4:
Abordagem 5:

Outros contributos
<p>Sugestões de acções apresentadas pelos membros do grupo:</p> <p>Dar destaque ao Dia do Idoso, designadamente em matéria de comunicação social, Desporto nas praças e jardins da cidade (proposta já apresentada pela Opus Gay), Projecto-piloto para apoio financeiro para assistência em casa, Negociação com empresas de fornecimento de água e electricidade para assegurar um valor mínimo de abastecimento sem cortes por falta de pagamento, Aproveitar mais as disponibilidades de espaços etc. de todas as confissões religiosas, Levantamento de tradições e outro património aproveitando os saberes dos seniores (Univ. seniores e JF),</p> <p>Experiências-piloto de criação de grupos de auto-ajuda na viuvez e lutos</p> <p>Dinamizar especificamente a participação de idosos e associações da área na apresentação de propostas no orçamento participativo,</p> <p>Avançar com experiência-piloto de participação cívica, a nível de bairro, por envolvimento em actividades concretas (Ex.: canteiros comunitários, melhoramentos dos espaços, etc.)</p>



Grupo de Trabalho 7 - “DIÁLOGO INTERCULTURAL E RELIGIOSO”

Relator/a(s) do Grupo de Trabalho	
Primeiro e último nome	Contacto directo
Vera Pinto	
Sugestões de actores sociais com quem cooperar na implementação do PADS	
<p>Sugestão 1: Exemplo: A consolidação do funcionamento regular dos Conselhos Municipais no domínio dos Direitos Sociais (Deficiência, Interculturalidade e Cidadania, Juventude, Igualdade) poderá ser despoletada através de um inquérito aos respectivos membros sobre “como deverá o funcionamento regular do Conselho Municipal ser consolidado?”. (acção 1.a.1.1)</p>	
<p>Sugestão 2: Envolver atores económicos; integrando também sindicatos, escolas, centros de emprego e associações. (a.1.1.)</p>	
<p>Sugestão 3: Envolver Universidades, ACM, associações que já trabalham com imigrantes (a.1.3.)</p>	
<p>Sugestão 4: Envolver instituições religiosas, trabalho voluntário. (a.1.5.)</p>	
<p>Sugestão 5: Envolver as Associações e comunidades religiosas na identificação de datas importantes (a.2.1)</p>	
<p>Sugestão 6: Articular com o Ministério da Educação e as organizações que já têm esta prática (a.2.3)</p>	
<p>Sugestão 7: Iniciativas conjuntas com as bibliotecas, utilizando os recursos existentes. (a.4.1)</p>	
<p>Sugestão 8: Mobilizar o Museu da Cidade de Lisboa, de forma a que também neste espaço se possa refletir a diversidade da cidade.</p>	

Recomendações de prioridades a ponderar na implementação do PADS
<p>Recomendação 1: Exemplo: Considerando que o Fórum da Cidadania é um canal privilegiado para a participação cidadã no governo da cidade, a sua periodicidade anual deverá ser uma prioridade na área “Cidadania” do PADS.(acção 1.a.1.2)</p>
<p>Recomendação 2:</p>



<p>Mapear, conhecer a diversidade na cidade.</p>
<p>Recomendação 3: Rastreio e identificação das organizações que atuam nesta área. Para não haver sobreposição de funções e públicos-alvo...</p>
<p>Recomendação 4: Formação dos técnicos em competências interculturais ...(a.1.3)</p>
<p>Recomendação 5: Promover a educação não formal e ir ao encontro das comunidades (a.1.5)</p>
<p>Formação dos professores e agentes educativos. (a.2.3)</p>
<p>Formação para a interculturalidade ser acreditada para uma maior adesão. Começar pelo jardim de infância. (a.2.3)</p>
<p>Maior divulgação do Selo Escola Intercultural (a.2.3)</p>
<p>Criar o “dia do vizinho” – encontros e momentos de partilha entre as comunidades (a.2.4)</p>
<p>Informar sobre os direitos mas também sobre os deveres. Formar para a cidadania (a.2.5)</p>

Abordagens estratégicas à implementação do PADS
<p>Abordagem 1: Exemplo: Tendo em conta que o Programa “Bip-Zip” é um quadro já existente, de apoio a iniciativas cidadãs em “Bairros de Intervenção Prioritária”, a experiência-piloto na co-gestão de espaços públicos ou bairros poderá enquadrar-se no referido Programa, por exemplo através da introdução de um critério nas candidaturas relacionado com o desenvolvimento de co-gestão de espaços públicos. (acção 1.a.1.3)</p>
<p>Mecanismos de atualização e monitorização permanente.</p>
<p>Distribuir um calendário com as datas religiosas nas escolas nos centros de saúde, gabinetes de apoio (a.2.1.)</p>
<p>Partilhar experiências, componente prática da formação. (a.2.3.)</p>
<p>Utilizar as novas tecnologias de informação e comunicação (a.2.3.)</p>
<p>Utilizar as novas tecnologias de informação e comunicação, abrindo até a possibilidade dos próprios imigrantes serem veículos de informação de outros imigrantes. (a.2.4.)</p>
<p>Promover visitas aos locais de culto em datas específicas de comemoração (a.4.1)</p>
<p>Promover encontros de diálogo inter religioso (a.4.1)</p>
<p>Promover um dia aberto – em que a mesquita, a igreja...abrem as portas a comunidades com outras religiões. (a.4.1)</p>
<p>Criar uma ferramenta on-line de divulgação de datas, poderia ser acrescentado no calendário dos Direitos Sociais. (a.4.1)</p>



Na programação cultural da cidade de Lisboa, por exemplo, agenda cultural de Lisboa integrar os programas, eventos, festas das diferentes comunidades religiosas.

CML ceder espaços de culto.

Criar, nas escolas, um espaço de integração intercultural para as crianças, criando currículos alternativas (integração antes de entrarem numa turma). Fazer encaminhamento dos jovens para cursos mais adequados.

Sugestões para o seguimento do Fórum da Cidadania

Sugestão 1:

Exemplo:

Manter a co-organização dos Grupos de Trabalho a cargo de organizações do 3º sector em Lisboa.

Dar continuidade.

Alargar a participar – mobilização de novos parceiros.

Monitorização e avaliação.



Grupo de Trabalho 8 - “COOPERAÇÃO E GOVERNAÇÃO”

Relator/a(s) do Grupo de Trabalho	
Primeiro e último nome	Contacto directo
JORGE MOURÃO	

Sugestões de actores sociais com quem cooperar na implementação do PADS
<p>Sugestão 1: Dinamizar e potenciar o funcionamento das Comissões Sociais de Freguesia. Envolver a “<u>Nucliso!</u>” no processo de dinamização e reforço de identidade das Comissões Sociais de Freguesia da cidade de Lisboa. (acção 5.a.1.8)</p>
<p>Sugestão 2: Envolver a “<u>Serve the City</u>” e disponibilizar recursos, meios e instalações para as suas actividades e iniciativas.(acção 5.a.1.9)</p>
<p>Sugestão 3: Envolver a “<u>CulturFACE</u>” na dinamização de espaços de diálogo, intercâmbio intercultural do tipo “Centro Cívico” e na programação de actividades socio-culturais de promoção da cidadania, justiça e segurança pública. (acção 5.a.1.9 e 5.a.3.2)</p>
<p>Sugestão 4:</p>
<p>Sugestão 5:</p>

Recomendações de prioridades a ponderar na implementação do PADS
<p>Recomendação 1: Dinamização e reforço de <u>identidade das Comissões Sociais de Freguesia</u></p>
<p>Recomendação 2: Gestão integrada e disseminação de <u>informação útil e dirigida ao cidadão</u> sobre os <u>equipamentos sociais, culturais, desportivos e de saúde da cidade</u></p>
<p>Recomendação 3: Ampliar e as <u>redes de voluntariado</u> e implementar <u>formas inovadoras de envolvimento</u> de indivíduos, organizações, empresas, escolas.</p>
<p>Recomendação 4:</p>
<p>Recomendação 5:</p>

Abordagens estratégicas à implementação do PADS
<p>Abordagem 1: Apoiar o <u>funcionamento</u> e reforçar a <u>identidade</u> das Comissões Sociais de Freguesia da cidade, através da definição de <u>linhas orientadoras</u>, <u>objectivos</u> e <u>resultados esperados</u> e <u>programa</u> para o seu funcionamento.</p>



<p>Dinamizar o conceito de <u>Fórum Comunitário</u> no seio das CSF. Estabelecer as relações com a acção de elaboração do Diagnóstico Social de Lisboa e com os temas de Economia e Inovação Social (acção 5.a.1.8)</p>
<p>Abordagem 2: Restruturar o <u>funcionamento da Rede Social</u> de Lisboa e <u>reorientar as prioridades</u> de intervenção dos Grupos de Missão para <u>acções mais concretas, pragmáticas e dirigidas</u> às realidades sociais e necessidades provenientes das <u>instituições de solidariedade social com trabalho de proximidade</u>. (acção 5.a.1.5)</p>
<p>Abordagem 3: Melhorar o <u>conhecimento e a disseminação de informação</u> sobre as <u>redes de equipamentos sociais, culturais, desportivos e de saúde</u> da cidade de Lisboa, incluindo informações adicionais e relevantes para sua mais <u>intensa utilização por parte do cidadão</u>. Para o efeito, potencial a utilização da plataforma lxinteractiva e SmartCity (acção 5.a.1.9 e 5.a.2.5)</p>
<p>Abordagem 4: Criar <u>espaços de relação, intercâmbio convívio e cultura intergeracional e intercultural</u> através da aplicação do conceito de “<u>Centro Cívico</u>” em equipamentos existentes (bibliotecas, centros de dia, centros comunitários, etc). <u>Programar actividades e formar mediadores interculturais e animadores culturais</u> com instituições de referência, e participação e redes europeias. (5.a.1.9)</p>
<p>Abordagem 5: Ampliar as <u>redes de voluntariado</u>, capitalizando no grande potencial de cidadania e de disponibilidade individual das pessoas e das organizações do terceiro sector. Encontrar <u>formas inovadoras de incorporação e envolvimento dos grupos de voluntários</u> que demonstram grande apreço pelas <u>causas públicas</u>.</p>

Sugestões para o seguimento do Fórum da Cidadania
Sugestão 1:
Abordagem 2:
Abordagem 3:
Abordagem 4:
Abordagem 5:



Grupo de Trabalho 9 - “Juventude”

Relator/a(s) do Grupo de Trabalho	
Primeiro e último nome	Contacto directo
Ana Costa	
Daniela Nunes	

Sugestões de actores sociais com quem cooperar na implementação do PADS
Sugestão 1: Escolas Secundárias (ex: Associações de Estudantes)
Sugestão 2: Universidades e Institutos Politécnicos (ex: Associações de Estudantes)
Sugestão 3: Associações Juvenis, Associações que trabalham com juventude e Grupos informais de jovens
Sugestão 4: Comissões Sociais de Freguesia
Sugestão 5:

Recomendações de prioridades a ponderar na implementação do PADS
Recomendação 1: Campanha de sensibilização para o voluntariado
Recomendação 2: Feira ou Mostra de associações/grupos informais que trabalham na área da juventude
Recomendação 3: Fomentar a promoção do emprego e estágios para jovens em situação de desemprego ou à procura do primeiro emprego respeitando os princípios do trabalho digno.
Recomendação 4: Rentabilização e partilha dos meios e recursos – sinergia. Ex.: com uma atenção aos espaços já disponíveis e aos não aproveitados.
Recomendação 5:

Abordagens estratégicas à implementação do PADS
Abordagem 1: Roteiro pela participação – identificação e conhecimento dos actores que actuam no campo da juventude, para divulgar o CMJ, para favorecer a mutualização dos recursos e apelo (organizado ou não) à participação.
Abordagem 2: Reforçar a importância do CMJ através da adesão de novas organizações
Abordagem 3:
Abordagem 4:
Abordagem 5:



Sugestões para o seguimento do Fórum da Cidadania
Sugestão 1: Manter a co-organização dos Grupos de Trabalho a cargo de organizações do 3º sector em Lisboa, com rotatividade.
Abordagem 2:
Abordagem 3:
Abordagem 4:
Abordagem 5:



Grupo de Trabalho 10 - “Direitos Humanos”

Relator/a(s) do Grupo de Trabalho	
Primeiro e último nome	Contacto directo
Marta Rosa	

Sugestões de actores sociais com quem cooperar na implementação do PADS
Sugestão 1: Organizações de base local e a Rede Social de Lisboa
Sugestão 2: Estabelecimentos de Ensino Público e Privado (Agrupamentos Escolares, Centros de estudos, Universidades, etc.)
Sugestão 3: Empresas (Ex.: Empresas de fornecimento de água, luz e gás)
Sugestão 4:
Sugestão 5:

Recomendações de prioridades a ponderar na implementação do PADS
Recomendação 1: Diagnóstico e monitorização
Recomendação 2: Educação
Recomendação 3: Divulgação e sensibilização
Recomendação 4: Pôr na agenda os Direitos Humanos (destacando os Direitos socioeconómicos enquanto Direito Humano que é).
Recomendação 5:

Abordagens estratégicas à implementação do PADS
Abordagem 1: Criação de um Observatório dos Direitos Humanos em articulação com o Fórum, nomeadamente de questões de fornecimento de água.
Abordagem 2: Lançar o repto às Escolas para Projectos na área dos Direitos Humanos, que envolvam toda a comunidade educativa, e sob regulamentação da Câmara construída em parceria com os atores sociais. (Ex.: Concurso)
Abordagem 3:



Apoiar associações de base local para serem estas organizações a conduzir acções para a cidadania.
Abordagem 4: Criação de campanhas de divulgação dos direitos humanos
Abordagem 5:

Sugestões para o seguimento do Fórum da Cidadania
Sugestão 1: Mais tempo para os grupos de trabalho
Abordagem 2: Apresentação de resultados e propostas de melhoria advindas da implementação de projectos das acções anteriores, ao longo do ano
Abordagem 3: Melhoria da ficha de resultados dos grupos de trabalho
Abordagem 4:
Abordagem 5:



Grupo de Trabalho 11 - “QUALIDADE DE VIDA E SAÚDE”

Relator/a(s) do Grupo de Trabalho	
Primeiro e último nome	Contacto directo
RUTE BORREGO	

Sugestões de actores sociais com quem cooperar na implementação do PADS
Sugestão 1: ENSP – investigação, produção materiais e formação
Sugestão 2: Limiar – acompanhamento de saúde de proximidade e apoio social de grupos vulneráveis
Sugestão 3: JF / CSF
Sugestão 4: Fundação Comunidade Luta contra a Sida
Sugestão 5: CATR

Recomendações de prioridades a ponderar na implementação do PADS
Recomendação 1: Intervenção no meio escolar educativo
Recomendação 2: Intervenção em grupos e territórios vulneráveis
Recomendação 3: Implementar a saúde em todas as políticas/departamentos da CML
Recomendação 4: Abordagens integradas de saúde mental de proximidade com as comunidades
Recomendação 5: Intervenção junto das famílias (pais e educadores)
Recomendação 6: Promoção de hábitos e comportamentos alimentares saudáveis

Abordagens estratégicas à implementação do PADS
Abordagem 1: Criar projectos sustentáveis (continuidade temporal e geográfica) de educação para a saúde nas creches, JI, EB e secundário com desenvolvimento de competências sociais das crianças e das famílias e formação de educadores e professores. (4.b.2.2)



<p>Abordagem 2: Criar projectos (continuidade temporal e geográfica) de educação sexual e reprodutiva nas creches, JI, EB e secundário com desenvolvimento de competências nas áreas de IST/DST, gravidez na adolescência, violência no namoro. Recuperar os kits pedagógicos existentes da Ministério da Educação, Saúde e APF. (4.b.2.3)</p>
<p>Abordagem 3: Promover a utilização dos espaços verdes com aparelhos de actividade física de forma orientada e dirigida a grupos alvo em parceria com instituições públicas, privadas e ONG's. (4.a.1.2)</p>
<p>Abordagem 4: Intensificar o papel da CML como facilitador da intervenção de proximidade das ONG's (logísticas, materiais e financeiras) (4.b.2.6)</p>
<p>Abordagem 5: Desenvolver normas para a criação de ambientes trabalhos promotores da atividade física regular e de combate ao sedentarismo (programas de saúde ocupacional)</p>
<p>Abordagem 6: Desenvolver campanhas de sensibilização no domínio da acção social, habitação e educação para a saúde com as JF e as escolas.</p>
<p>Abordagem 7: Criar projetos de saúde mental comunitária com equipas multidisciplinares e abordagens inovadoras de terapia e activação social.</p>
<p>Abordagem 8: Reforçar a intervenção e as competências da autarquia na área da saúde designadamente nos cuidados na comunidade através de colaborações previstas no protocolo Saúde Lisboa (4.b.1.3)</p>
<p>Abordagem 9: Dirigir as campanhas de sensibilização para a transversalidade da saúde nas políticas locais. Primeiramente entre os profissionais da CML e JF. (4.b.2.2)</p>
<p>Abordagem 10;: Adequar as praticas de licenciamento, fiscalização e oferta de produtos e serviços em sintonia com as recomendações e mensagens de promoção de estilos de vida saudáveis.</p>
<p>Abordagem 11: Mapeamento dos atores e das praticas locais na área de emergência alimentar e redução dos desperdício alimentar. (4.b.1.1 e 4.b.1.2)</p>
<p>Abordagem 12: Rentabilizar os canais de comunicação da CML para a promoção da saúde</p>



Sugestões para o seguimento do Fórum da Cidadania
Sugestão 1:
Abordagem 2:
Abordagem 3:
Abordagem 4:
Abordagem 5:



Grupo de Trabalho 12 - “Orientação Sexual e Identidade de Género”

Recomendação 1: Concretizar a recolha, o diagnóstico e o estudo das necessidades específicas das pessoas Trans* e Intersexo (10a.3.4)

Recomendação 2: Gabinete para informar, apoiar e articular o encaminhamento das pessoas Trans* e Intersexo ao nível da saúde, do emprego, formação, educação, habitação (10a.3.3 e 10ª.3.2).

Recomendação 3: Proposta de bolsa para o prosseguimento da escolaridade interrompida por parte das pessoas Trans* (medida de inclusão) (10a.3.3)

Recomendação 4: Portal, educação sexual desde pré-escolar, formação e inclusão de comunidade educativa, “selo” CML, mapeamento dos recursos, associações e das pessoas aos casos de violência, campanhas, fomentar boas práticas

Recomendação 4: Datas, linguagem, Juntas de Freguesia, agilizar processo de candidatura



Grupo de Trabalho 13 - “Pessoas sem abrigo”

Relator/a(s) do Grupo de Trabalho	
Primeiro e último nome	Contacto directo
Filipa Menezes	

Sugestões de actores sociais com quem cooperar na implementação do PADS
<p>Sugestão 1: Exemplo: A consolidação do funcionamento regular dos Conselhos Municipais no domínio dos Direitos Sociais (Deficiência, Interculturalidade e Cidadania, Juventude, Igualdade) poderá ser despoletada através de um inquérito aos respectivos membros sobre “como deverá o funcionamento regular do Conselho Municipal ser consolidado?”. (acção 1.a.1.1)</p>
<p>Sugestão 2: A PSP, mas não necessariamente, podendo ser outros parceiros, que funcionem como elemento dissuasor dos conflitos que ocorram e que se têm verificado no NAL de Arroios (caso pioneiro)</p>
<p>Sugestão 3: IEFP, outros parceiros que respondam à ocupação diurna que os centros de alojamento não disponibilizam</p>
<p>Sugestão 4: Persiste o desconhecimento de que na cidade de Lisboa, a SCML tem um papel de apoio específico e que deve continuar o apoio em habitação carenciada: reforçar/desenvolver esta parceria em termos de definição de responsabilidades. O cidadão desconhece onde pedir apoio em alguns casos.</p>
<p>Sugestão 5: Articulação com a Rede Social</p>

Recomendações de prioridades a ponderar na implementação do PADS
<p>Recomendação 1: Exemplo: Considerando que o Fórum da Cidadania é um canal privilegiado para a participação cidadã no governo da cidade, a sua periodicidade anual deverá ser uma prioridade na área “Cidadania” do PADS. (acção 1.a.1.2)</p>
<p>Recomendação 2: Diagnóstico, orientação e regulação das distribuições alimentares uma vez que se continua a verificar haver sobreposições/desperdícios</p>
<p>Recomendação 3: Reforçar respostas de menor, <i>nomeadamente alojamento – 14.a.1.1</i>, dimensão e que atendam a grupos específicos (ex. casais, famílias, jovens)</p>
<p>Recomendação 4: NPISA como resposta inovadora e recente requiere uma mudança de mentalidades no trabalho em parceria e o desenvolvimento de instrumentos de avaliação do trabalho realizado em conjunto</p>
<p>Recomendação 5: Formação e definição clara do papel do “gestor de caso”</p>



Abordagens estratégicas à implementação do PADS

Abordagem 1:

Exemplo:

Tendo em conta que o Programa “Bip-Zip” é um quadro já existente, de apoio a iniciativas cidadãos em “Bairros de Intervenção Prioritária”, a experiência-piloto na co-gestão de espaços públicos ou bairros poderá enquadrar-se no referido Programa, por exemplo através da introdução de um critério nas candidaturas relacionado com o desenvolvimento de co-gestão de espaços públicos. (acção 1.a.1.3)

Abordagem 2: O apoio à pessoa sem-abrigo no sentido da promoção da sua autonomia não pode ser bloqueado no “quarto de pensão”, há que estabelecer como prioridade a oferta de habitação a baixo custo/social

Abordagem 3: Apoio continuado para a sustentabilidade da habitação atribuída/ “housing first” com equipas técnicas de acompanhamento e objectivos faseados e alargadas a várias situações de vulnerabilidade

Abordagem 4: Marketing social/ sensibilização/ cidadania nas escolas. Aproximar sociedade em geral e pessoa em situação sem-abrigo

Abordagem 5: Persiste a área cinzenta saúde e social – as respostas de transição e novos actores devem surgir neste plano. Por exemplo, alta hospitalar e habitação

Sugestões para o seguimento do Fórum da Cidadania

Sugestão 1:

Exemplo:

Manter a co-organização dos Grupos de Trabalho a cargo de organizações do 3º sector em Lisboa.

Abordagem 2: Acompanhar o trabalho do NPISA

Abordagem 3: Alargar o entendimento dos direitos sociais à sociedade e não à intervenção social apenas, nomeadamente empresas, desenvolvendo respostas inovadoras/“que rebentem a bolha” e olhe as pessoas enquanto tal e não pela sua vulnerabilidade

Abordagem 4:



Grupo de Trabalho 14 - "Famílias"

Relator/a(s) do Grupo de Trabalho	
Primeiro e último nome	Contacto directo
Dália Costa	

Sugestões de actores sociais com quem cooperar na implementação do PADS
<p>Sugestão 1: EDUCAÇÃO e CRECHE Escolas; IPSS; Associações; Juntas de Freguesia; Associações de pais; CML; ISS; Ministério da Educação;</p>
<p>Sugestão 2:HABITAÇÃO CML; Gebalis; SCML; Associação de Proprietários Lisbonense</p>
<p>Sugestão 3:TRANSPORTES, MOBILIDADE, SEGURANÇA CML; JF; Empresas de transportes colectivos (públicas ou privadas);IMTT; Forças de Segurança</p>
<p>Sugestão 4:ENVELHECIMENTO (focando o reagrupamento familiar de ascendentes) IPSS (da área de idosos); Associações; Juntas de Freguesia; CML; ISS; SCML; Ministério da Saúde e Centros de Saúde; Escolas</p>
<p>Sugestão 5: CULTURA CML; EGEAC</p>

Recomendações de prioridades a ponderar na implementação do PADS
<p>Recomendação 1: EDUCAÇÃO e CRECHE Agilizar o licenciamento revendo os critérios [ISS]; definição de um cheque-família para cobrir a despesa com a creche garantindo o direito de opção das famílias [ISS]; Criar de salas de acolhimento de crianças, enquanto as creches não têm capacidade de acolher crianças por falta de vagas [CML; JF]; Criar bancos de manuais escolares em todas as Escolas [Escolas e Ministério da Educação; Associações de Pais]; Garantir como critério prioritário de acesso a Escolas a frequência do equipamento por outros/as irmãos/ãs [Escolas e Ministério da Educação];</p>
<p>Recomendação 2: HABITAÇÃO Atribuir a titularidade da habitação social à família (e não apenas a um titular); Alargar /Redefinir critérios de acesso ao arrendamento e à reabilitação de habitação permitindo abranger famílias que não estejam em situação de emergência social, definido como critérios prioritários a dimensão da família e o rendimento <i>per capita</i>; Rever o cálculo do I.M.I. em função da dimensão da família;</p>
<p>Recomendação 3: TRANSPORTES, MOBILIDADE, SEGURANÇA Fazer cumprir o Código da Estrada; Instalar quebra-molas em áreas de necessidade prioritária, designadamente junto a Escolas e zonas residenciais; Restringir o limite de</p>



velocidade a 30Km/h.; Criar passes para estudantes sem rendimento individual; Reduzir o IC em função da dimensão da família; Aumentar o número de efetivos da PSP em patrulha no policiamento de proximidade melhorando a segurança; Criar Peddy-bus; Aumentar a rede dos 'Alfacinhas?' aumentando a cobertura de percursos

Recomendação 4:

Envolver as JF na Criação de Campanhas de sensibilização focando o reagrupamento familiar de ascendentes, incluindo acções de troca de experiências intergeracionais, designadamente nas Escolas;
Criar programas de habitação que garantam o reagrupamento familiar juntando ascendentes na habitação;

Recomendação 5:

Criar um bilhete-Família sem restringir o número de elementos da família

Abordagens estratégicas à implementação do PADS

Abordagem 1: EDUCAÇÃO e CRECHE

Criar grupos de trabalho incluindo a CML com o objectivo de ajudar a definir estratégias de persuasão do ISS e o Ministério da Educação;

Abordagem 2:

Criar grupos de trabalho, incluindo a CML, responsabilizando a participação de todos e todas os/as participantes do II Fórum

Abordagem 3:

Criar grupos de trabalho, incluindo a CML, responsabilizando a participação de todos e todas os/as participantes do II Fórum

Abordagem 4:

Criar grupos de trabalho, incluindo a CML, responsabilizando a participação de todos e todas os/as participantes do II Fórum

Abordagem 5:

Criar grupos de trabalho, incluindo a CML, responsabilizando a participação de todos e todas os/as participantes do II Fórum

Sugestões para o seguimento do Fórum da Cidadania

Sugestão 1:

Criar um espaço de acolhimento de crianças mantendo-as em segurança enquanto os familiares participam no Fórum.

Abordagem 2:

Apoio logístico para o funcionamento dos grupos de trabalho, incluindo a CML, responsabilizando a participação de todos e todas os/as participantes do II Fórum

Abordagem 3:

Abordagem 4:



Grupo de Trabalho 15 - "MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE"

Relator/a(s) do Grupo de Trabalho	
Primeiro e último nome	Contacto directo
Raquel Rodrigues	

Sugestões de actores sociais com quem cooperar na implementação do PADS (Plano de Acção do Pelouro dos Direitos Sociais)
<p>Sugestão 1: Exemplo: A consolidação do funcionamento regular dos Conselhos Municipais no domínio dos Direitos Sociais (Deficiência, Interculturalidade e Cidadania, Juventude, Igualdade) poderá ser despoletada através de um inquérito aos respectivos membros sobre "como deverá o funcionamento regular do Conselho Municipal ser consolidado?". (acção 1.a.1.1)</p>
<p>Sugestão 2: Operadores de transportes</p>
<p>Sugestão 3: Associações de cidadãos, nomeadamente peões, ciclistas, pessoas com deficiência, utilizadores de transportes....</p>
<p>Sugestão 4: Entidades de Turismo</p>
<p>Sugestão 5: Comunidade científica</p>

Recomendações de prioridades a ponderar na implementação do PADS
<p>Recomendação 1: Exemplo: Considerando que o Fórum da Cidadania é um canal privilegiado para a participação cidadã no governo da cidade, a sua periodicidade anual deverá ser uma prioridade na área "Cidadania" do PADS. (acção 1.a.1.2)</p>
<p>Recomendação 2: Promoção da mobilidade sustentável, valorização transportes colectivos e modos suaves</p>
<p>Recomendação 3: Formação e informação aos funcionários e operadores de transportes</p>
<p>Recomendação 4: Fiscalização (formação prévia nesta fiscalização)</p>
<p>Recomendação 5:</p>



Articulação entre agentes de transportes no sentido de assegurar acesso aos transportes, paragens e horários que correspondam às necessidades; definir mecanismos que assegurem rápida resposta e reposição de falhas e faltas de funcionamento

Recomendação 6:

Criar uma rede de transportes pedonal e ciclável, com sinalética para peões

Recomendação 7:

Assegurar boa gestão e manutenção dos equipamentos

Abordagens estratégicas à implementação do PADS

Abordagem 1: Promover mobilidade sustentável como política pré-estabelecida, valorizando transportes colectivos e modos suaves (articulação de todos os envolvidos).

Abordagem 2: Educação para a cidadania - programas que incentivem mudança de comportamentos - e para a participação (envolvimento dos cidadãos).

Abordagem 3: Observatório de mobilidade na cidade que congregue informação sobre a realidade (classificação da via pública).

Abordagem 4: Promover utilização dos transportes com ajuste de tarifários às necessidades da população

Abordagem 5: Promover abordagem transversal entre serviços, pelouros e prioridades, incluindo todas áreas relevantes (iluminação, transportes, licenciamento, fiscalização de obra, segurança e obra, necessidades e acção social).

Sugestões para o seguimento do Fórum da Cidadania

Sugestão 1:

Exemplo:

Manter a co-organização dos Grupos de Trabalho a cargo de organizações do 3º sector em Lisboa.

Abordagem 2:

Cuidado às restrições alimentares identificadas nas inscrições

Abordagem 3:

Possibilidade de dar contributos/apresentação de propostas/pistas sobre temas em causa;

Possibilidade de poder convidar empresas/pessoas relacionadas com o tema.

Abordagem 4:

Reuniões intermédias inter-áreas

Abordagem 5:



Outros contributos

- Criação PeddyBUs para escolas
- Programas de visita a equipamentos, freguesias, bairros ...a pé
- Programa prático de convite à utilização e explicação sobre sistema de transportes públicas
- Promover empreendedorismo nesta área

~



Grupo de Trabalho “Deficiência” – recebido por email a 24 de Março 2015

Abordagens estratégicas à implementação do PADS

Abordagem 1:

Transversalizar as questões da Deficiência nas diferentes políticas municipais através de:

- **Criação de um Plano Municipal para a Deficiência** (carácter estratégico/orientador que transcende o Pelouro dos Direitos Sociais).
- **Reformulação do Conselho Municipal para a Inclusão da Pessoa com Deficiência**
- **Nomeação de um(a) embaixador(a) da deficiência por cada um dos pelouros da CML, sempre que possível uma pessoa com deficiência.**
- **Análise dos dados existentes sobre os cidadãos com deficiência de forma a caracterizar melhor a população com deficiência em Lisboa (facilitando o apoio à decisão).**

Recomendações de prioridades a ponderar na implementação do PADS

Recomendação 1:

Promover acesso a habitação para as pessoas com deficiência, de forma não institucionalizadora.

- **Reativar de imediato o Programa Casa Aberta reforçando substancialmente o orçamento municipal e articulando com o Instituto de Segurança Social recorrendo ao financiamento previsto no SAPA (Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio).**
- **Reduzir o número de pessoas com deficiência motora em habitação inacessível** (promover a adaptação anual de 50 fogos).
- **Criar um determinado n.º de fogos de habitação de renda economicamente acessível a pessoas com deficiência por ano (n.º a definir)** (renda apoiada; articulação pelouro da habitação e serviços sociais).
- **Clarificar o conceito de ‘residência autónoma’ e os objetivos da experiência piloto prevista no PADS.**

Recomendação 2:

Promover o acesso das pessoas com deficiência ao mercado de trabalho.

Estratégias:

- **Promover a acessibilidade física e comunicacional de todos os espaços e**

ambientes da rede de incubadoras da cidade de Lisboa.

- Promover a integração de pessoas com deficiência nos programas já existentes ou a criar, de empreendedorismo, em todas as suas componentes: encubação, aceleração, capacitação, mentoring (tutoria) e acompanhamento, etc., recorrendo a uma política municipal de incentivos e sensibilização.
- Integrar a OED e respetivos técnicos no IEPF.

Recomendação 3:

Rentabilizar e ampliar a rede de transportes acessíveis .

Estratégias:

- Proporcionar o desenvolvimento de uma solução que integre os recursos já existentes, potenciando maior eficiência e mais eficácia no curto prazo, mas também o seu crescimento sustentado no médio e longo prazo, nomeadamente através de sinergias entre entidades públicas e privadas (com e sem fins lucrativos) que já operam na cidade com transporte acessível ou não, nomeadamente na área da educação e saúde.
- Articular com as empresas de transportes públicos de Lisboa no sentido de tornar acessíveis todos os transportes públicos a circularem na cidade de Lisboa até término deste PADS.
- Articular com as empresas de transportes públicos de Lisboa para garantir que todos os novos equipamentos a adquirir sejam acessíveis.
- Reforçar a rede transportes acessíveis em áreas e horários deficitários de forma a garantir a mobilidade das pessoas com deficiência na cidade de Lisboa, em todas as vertentes da vida social.

Recomendação 4:

Promover a plena participação cívica das pessoas com deficiência:

Estratégias:

- Tornar acessíveis todas as estações de transportes públicos da cidade de Lisboa (estações de metro, autocarro, barco, comboio, táxi, etc.).
- Reforçar a acessibilidade na comunicação (língua gestual e materiais em formato eletrónico) em todos os eventos promovidos ou apoiados pela CML.
- Elaboração, pela equipa do plano de acessibilidade pedonal, de uma checklist com as condições mínimas de acessibilidade a verificar nos locais/infraestruturas destinados à realização de eventos públicos.
- Ministrando formação em língua gestual portuguesa aos trabalhadores da CML que contactem regularmente com o público.
- Ministrando formação sobre deficiência e direitos humanos aos trabalhadores da CML que contactem regularmente com o público, principalmente os que assegurem o Serviço de Informação e Mediação às pessoas com deficiência.



- Tornar público para os municípios, de forma clara e visível, a disponibilidade de aceder a informação municipal em formato acessível.
- Assegurar a implementação do projeto-piloto de vida independente, garantindo as condições logísticas, humanas e financeiras necessárias ao seu desenvolvimento.

Sugestões de atores sociais com quem cooperar na implementação do PADS

Sugestão:

Conselhos Municipais; ONG na área da deficiência; Instituições de Ensino superior, públicas e privadas da cidade de Lisboa; Instituto de Segurança Social; Entidades da Rede Social de Lisboa; Entidades, públicas e privadas, operadoras de transportes públicos na cidade de Lisboa, ; Empresas Municipais de Lisboa; Entidades da administração Central.

Sugestões para o seguimento do Fórum da Cidadania

Abordagem 2:

Alargamento do tempo disponível para discussão dos diferentes grupos de trabalho

Abordagem 3:

Maior eficácia e eficiência nas reuniões preparatórias do Fórum com maior apoio e envolvimento dos serviços técnicos da CML